

A construção da categoria política

Sem Terra

Ramon Torres Araujo²⁴

Resumo

O presente trabalho busca oferecer uma interpretação a respeito do surgimento da categoria política sem terra no Brasil. Utilizou-se como escopo documental, de onde se tirou grande parte do material analisado, as edições do jornal *Terra Livre*, publicadas entre 1954 e 1964. Por meio da ferramenta utilizada para buscar palavras contida no site (www.armazemmemoria.com.br) onde se encontram digitalizadas as edições do *Terra Livre*, buscou-se as palavras *sem terra*, *ocupação*, *invasão* e *acampamento*. A partir da análise dos resultados da busca, concluiu-se que essa categoria política foi forjada pelos movimentos sociais na luta por reforma agrária ainda nos anos 1950 em oposição ao latifúndio compreendido tanto como modelo produtivo, quanto como unidade política.

Palavras-chave: sem terra, categoria política, reforma agrária, *Terra Livre*, latifúndio.

Introdução

A partir da década de 1990, as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) ganharam grande visibilidade nacional e internacional. Tornou-se muito difícil falar em reforma agrária sem mencionar os sem terra. Desde então, autores de diferentes áreas começaram a escrever trabalhos com o intuito de explicar o aparecimento, as formas de ação e os interesses desse sujeito supostamente novo. Autores como José de Souza Martins (1980) e Ariovaldo Oliveira (1991) compreenderam os sem terra como camponeses que foram expropriados com expansão do capital no campo brasileiro. Em outros trabalhos os sem terra foram associados quase que exclusivamente ao MST, como no artigo em que Zander Navarro se refere ao MST como “a organização dos sem terra” (2002, p. 191)²⁵. Os artigos de Leonilde Medeiros (2005) e Marcelo Rosa (2009) são dois dos melhores trabalhos que buscaram interpretar o surgimento e as transformações dos sem terra. Os dois autores procuraram explicar por caminhos distintos a origem da categoria sem terra identificando-a diretamente à luta pela reforma

²⁴ Mestrando em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

²⁵ Entretanto, numa pesquisa bem interessante, Marcelo Rosa (2009, p. 197) constatou que em 2003 havia apenas no estado de Pernambuco 14 movimentos diferentes que reivindicavam a representação dos sem terra.

agrária, sem vinculá-la necessariamente ao MST, apresentando, inclusive, as disputas entre diversas organizações para falar em nome desses sujeitos.

Medeiros discute em seu artigo (2005) a historicidade das categorias “agricultor familiar”, “assentado” e “sem terra”. Para a autora, os “sem terra” emergiram no final dos anos 1970 e início dos 1980 a partir do surgimento de “novos espaços de confronto, trazidos por novos segmentos de expropriados, principalmente no Sul do país, coração do processo de modernização agrícola” (MEDEIROS, 2005, p. 111). No início, os sem terra estavam estreitamente articulados à criação das “oposições” sindicais. Entretanto, à medida que o tempo foi passando, eles, questionando a ação sindical relacionada às questões fundiárias e a própria estrutura organizativa do sindicalismo, constituíram-se num movimento com perfil próprio, que se utilizava das ocupações e dos acampamentos para criar fatos políticos e ter suas demandas atendidas.

Rosa (2009) retorna aos anos que precederam o golpe de 1964 para indicar o surgimento da categoria sem terra. Para o autor, essa categoria apareceu pela primeira vez no governo de Leonel Brizola (1959-1963), mais especificamente em meados de 1961, nos documentos do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Segundo os documentos do IGRA, a política de distribuição de terra teria como objetivo atender especificamente os sem terra, sendo eles os alvos preferenciais das políticas públicas desse governo voltadas para as áreas rurais (ROSA, 2009, p. 201). Apesar de essa categoria ter sido apropriada e seu conceito modificado por diferentes movimentos e organizações ao longo das décadas seguintes, em regiões e situações sociais bastante distintas, ela continuou tendo um sentido semelhante: “orientar políticas de governo para pequenos agricultores” (ROSA, 2009 p. 199). Nesse sentido, o autor defende a hipótese de que, no caso brasileiro, o sem terra não existe como categoria autônoma em relação ao Estado.

Nesse trabalho, também será oferecida uma interpretação para o surgimento da categoria sem terra. Porém, alguns pontos que serão apresentados diferem das interpretações de Medeiros e Rosa.

O primeiro ponto diz respeito ao contexto de aparecimento da categoria. Defenderei que ela começou a ser utilizada e reconhecida por diversos atores no período que antecedeu a década de 1960. Portanto, fora do grau de influência das “oposições” sindicais. Leonilde Medeiros conhecia a existência dessa categoria no pré-1964²⁶. Porém, a opção em reconhecer o final dos anos 1970 como o marco para a emergência da categoria se deu pelo fato dela ter se generalizado somente a partir desse período. Realmente, a partir dos anos 1970, os sem terra ganharam uma visibilidade muito maior, ainda mais depois das ações do MST, que tomaram proporções nacionais e internacionais. Entretanto, não podemos desconsiderar a importância do período que precedeu ao golpe para a construção e consolidação da categoria sem terra e do ser sem terra enquanto uma identidade política. Não é mera coincidência que as ocupações de terra, já no final dos anos 1970, que culminaram na criação do MST, tenham sido realizadas no mesmo lugar onde houve uma série de ocupações no início dos anos 1960.

O segundo ponto que procuramos demonstrar é que a categoria sem terra não surgiu desde o Estado e foi, posteriormente, apropriada pelos movimentos sociais, mas surgiu dos movimentos sociais e se impôs ao Estado por meio de um processo complexo de disputa que se dava, entre outros espaços, no interior de suas instituições. Não ignoramos que o Estado passou a cumprir um papel fundamental na consolidação e conceitualização da categoria no momento em que começou a reconhecê-la e contemplá-la em seus documentos oficiais. Mas da mesma maneira que não podemos tratar o Estado como uma arena neutra,

26 Ela orientou a dissertação escrita por Cordula Eckert sobre o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER; primeiro movimento a se autodenominar sem terra no Brasil, antes do golpe de 1964.

não podemos desconsiderar que a disputa em torno da construção da identidade política dos sem terra emergiu dos movimentos sociais.

O jornal *Terra Livre*

Esta pesquisa baseou-se em informações tiradas do jornal *Terra Livre*. Como principal instrumento escrito de divulgação, convocação e mobilização do PCB voltado para o público do campo, o *Terra Livre* constituiu-se como uma importante fonte de informação sobre a luta por terra no Brasil no período que precedeu o golpe de 1964. Em suas páginas podem ser encontradas informações sobre os eventos nacionais e internacionais que adquiriram grande visibilidade. Por meio da ferramenta utilizada para buscar palavras, contida no site²⁷ onde se encontram digitalizadas as edições do *Terra Livre*, buscou-se as palavras *sem terra*, *ocupação*, *invasão* e *acampamento*. Em todos os números disponíveis, a expressão sem terra apareceu 89 vezes de diferentes maneiras: em matérias sobre eventos e conflitos; cartas de leitores; documentos de entidades; colunas escritas por lideranças políticas. Ao longo de suas publicações foi possível identificar o aparecimento da categoria sem terra e a sua mobilização para construção de uma identidade política forjada na luta pela reforma agrária.

No período histórico que identificamos o aparecimento da categoria sem terra, isto é, na década de 1950, quando as lutas no campo ganharam maior visibilidade, começou a ocorrer uma disputa entre as Ligas Camponesas, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela hegemonia da organização dos camponeses que travavam suas lutas de distintas formas e por diferentes motivos em várias partes do país (MARTINS, 1983). Esses três atores, com diferentes concepções de reforma agrária e do que deveria representar as lutas no campo, se impuseram, no pré-1964, como os principais *mediadores* para as lutas camponesas.

As Ligas Camponesas, que tinham como principal porta-voz o advogado Francisco Julião, partia de uma análise sobre o campo muito parecida com a do PCB. Para as Ligas, o latifúndio era compreendido como uma das principais causas da miséria dos camponeses e como um grande entrave para o desenvolvimento do país. Porém, diferentemente do PCB, as Ligas acreditavam que a reforma agrária, acabando com o poder do latifúndio e introduzindo o campesinato como ator político fundamental, constituiria o primeiro passo para a revolução socialista no país, que se daria sem a necessidade de passar por um regime democrático-burguês. Segundo sua concepção, não seria possível contar com nenhum setor da burguesia para realizar a revolução.

A Igreja Católica também não deixava de se posicionar sobre o tema. Reagindo à ameaça representada pela penetração das “ideologias alienígenas” – leia-se: socialistas – no campo, a Igreja passou a denunciar as precárias condições de vida dos camponeses, apoiar o acesso à terra e defender a formação de uma classe média rural. A defesa da estabilidade familiar e o direito à propriedade privada constituíam-se como valores que norteavam as suas ações no campo brasileiro. A partir de um determinado período, a Igreja passou, inclusive, a estimular a criação de sindicatos de trabalhadores

²⁷Todos os exemplares consultados encontram-se disponíveis no acervo do Armazém Memória (<http://www.armazemmemoria.com.br/>), na hemeroteca da seção “Luta pela Terra”.

rurais. A reforma agrária deveria ser feita através de desapropriações com justa indenização.

Para o PCB, a reforma agrária se inscrevia num programa maior denominado de *revolução democrático-burguesa*. O PCB defendia que o caminho ao socialismo deveria ser trilhado por via pacífica, conduzido por uma *frente única*, nacionalista e democrática, que compreendia segmentos da burguesia industrial. A reforma agrária democrática era um dos passos necessários para concretizar tal programa. De acordo com as teses do Partido, o campo brasileiro estava marcado por restos feudais que atravancavam o desenvolvimento das forças produtivas. A transformação da estrutura fundiária, entendida como eliminação do latifúndio, era, assim, vista como uma das medidas que deveriam ser tomadas para romper com o “atraso”. A reforma agrária possibilitaria o desenvolvimento das forças produtivas, tanto no campo como na cidade, e somente a partir daí se criariam condições para uma revolução socialista²⁸.

“O *Terra Livre*²⁹ foi o principal instrumento escrito de propaganda das bandeiras do PCB entre os trabalhadores do campo e de apoio às lutas desenvolvidas por esse segmento” (MEDEIROS, 1995, p. 208). Era através desse jornal que o Partido divulgava as teses da *revolução democrático-burguesa* para o público do campo. Seu primeiro número foi publicado em 1949, mas, atualmente, só encontram-se disponíveis para consulta as publicações a partir de 1954. O periódico, extinto após o golpe de 1964, não contava com uma periodicidade regular. Às vezes saía mensalmente e em outros períodos quinzenalmente. Nos momentos mais críticos, como os vividos nos anos 1957, 1958 e 1959, causados pelo aguçamento da falta de recursos, pela constante perseguição ou por reajustamentos políticos no interior do PCB, as publicações eram ainda mais espaçadas. Sua tiragem chegou a 30 mil exemplares. A cobertura dos conflitos era ampla, assim como a sua divulgação, abrangendo diversas regiões do país.

Em relação à forma, o *Terra Livre* possuía uma linguagem simples, acessível aos camponeses, em sua maioria, com baixa escolarização. Grande parte do público a quem o jornal se dirigia era analfabeta. Para contornar esse problema, estimulava-se a leitura coletiva, feita em voz alta por quem sabia ler para os demais organizados em pequenos grupos. Histórias em quadrinho bastante didáticas eram publicadas regularmente. Nelas eram retrados aspectos da vida camponesa, enfatizando a exploração, o sofrimento e a superação conquistada através da luta coletiva; eram expostas questões da história universal (como o surgimento do feudalismo e do capitalismo) e da história brasileira (como a situação dos escravos e a Coluna Prestes); apresentados perfis de lideranças e resumos de romances.

Uma das funções do jornal era servir de instrumento de divulgação de direitos. Em 1956 passou a ser publicada a coluna chamada *Conheça os seus direitos*, escrita por Lyndolpho Silva, presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade criada em 1954 e ligada ao PCB. Nela procurava-se afirmar os direitos existentes que eram sistematicamente negados aos trabalhadores: férias, repouso remunerado, salário mínimo, salário igual para homens e mulheres etc. A publicação dessa coluna demonstra como as organizações e os trabalhadores rurais próximos ao PCB amparavam-se nas legislações trabalhistas para realizar as suas reivindicações, o que nos oferece indícios para avaliarmos a importância que essas organizações davam à disputa no interior do Estado.

²⁸ Mais informações sobre as diferentes concepções de reforma agrária encontram-se no artigo de Leonilde Medeiros (1994).

²⁹ Mais informações sobre o *Terra Livre* encontram-se na tese de doutoramento de Leonilde Medeiros (1995).

Os sentidos de ser Sem Terra

A perspectiva através da qual o historiador Edward Thompson analisou o surgimento da classe operária inglesa (1987) nos oferece chaves interessantes para compreender o surgimento dos sem terra. Para ele, as classes aparecem na história quando algumas pessoas, partilhando de experiências comuns, que são determinadas, em grande medida, pelas relações de produção, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outras pessoas que compartilham interesses opostos. A consciência de classe é a forma como essas experiências comuns são tratadas em termos culturais. Se a experiência é determinada pelas relações de produção, a consciência, isto é, a forma como a experiência se expressa culturalmente, não é.

Analisando o surgimento da classe operária inglesa, Thompson rompe com dois problemas que Bourdieu (2001, p. 133) apontou: com um determinismo economicista, que compreende as classes como um simples reflexo mecânico de relações econômicas, e com uma ilusão intelectualista, que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real efetivamente mobilizada. Para o historiador, tanto a determinação da experiência, quanto a consciência, não são separadas das classes, não são um *vir a ser* previamente definido intelectualmente. Elas constituem as classes num processo inacabado de relações conflituosas entre classes antagônicas. Não são posições “estruturais” passíveis de serem universalizadas e nem meras categorias idealistas. Elas ocorrem efetivamente, o que pode ser demonstrado nas relações humanas.

Nessa perspectiva, não trataremos o sem terra como uma categoria idealista e seu surgimento como um simples reflexo de relações econômicas e condições materiais. Não possuir terra ou ser expropriado dela não implica necessariamente em ser um sem terra.

No Brasil, ser sem terra significa partilhar de experiências que se expressam numa identidade política que se faz na luta pela reforma agrária, contra a concentração fundiária e, por consequência, contra aqueles que se beneficiam dela. Os camponeses expropriados que foram para cidade e que por lá ficaram, não participando da luta por terra, não viraram sem terra, mas operários, desempregados, migrantes, além de várias outras identidades. Compreendida como uma mera condição material a categoria adquire uma validade universal, isto é, adquire uma capacidade de definir um grupo social independentemente do tempo e do espaço. Dessa maneira, tal categoria poderia ser utilizada como um trunfo que possibilitaria ao pesquisador tratar de uma série de grupos e fenômenos que se deram ao longo da história, mas a sua abrangência seria proporcional a sua indefinição, inconsistência e confusão.

Rosa (2012), comparando dois movimentos que se identificam como sem terra – *Landless Peoples Movement* (LPM), da África do Sul, e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, do Brasil –, demonstra como o sentido de ser sem terra não é universal.

No caso sul-africano, o sentido de ser sem terra está completamente ligado à questão racial e às práticas discriminatórias de remoção e opressão. Os sem terra são os negros que, por causa do colonialismo e do *apartheid*, sofreram remoções forçadas dos campos, foram submetidos à opressão nas fazendas e passaram a viver em situações de miséria nas áreas rurais. A luta do LPM é para que toda a população negra da África do Sul que precise de terra tenha o direito à *reforma da terra*, pois todos os negros sofreram com o colonialismo e o *apartheid*. Encontra-se, de um lado dessa luta, os proprietários

brancos que defendem uma política agrária que salvasse seus interesses comerciais, e, do outro, os negros sem terra.

No caso brasileiro, utilizando mais especificamente o MST como exemplo, os sem terra são aqueles que tiram seu sustento trabalhando na terra, mas que não possuem ou possuem pouca terra. Assim, tanto o trabalho agrícola, quanto a terra como espaço produtivo para a agricultura, são essenciais para a definição de ser um sem terra. Seus principais objetivos são, portanto, a realização da *reforma agrária* – e não *reforma da terra*, como no caso sul-africano – que faça parte de um novo modelo agrícola para o país. O sentido de ser sem terra no Brasil se constrói em contraposição ao latifúndio, o que, como veremos, possui uma ligação muito clara com o surgimento das primeiras lutas dos sem terra no Brasil.

O aparecimento da categoria Sem Terra

Num primeiro mapeamento, pudemos identificar que a categoria “sem terra” apareceu pela primeira vez no 46º número do jornal *Terra Livre*, publicado na primeira quinzena de agosto de 1954, num artigo de autor desconhecido intitulado: “É preciso conquistar uma vida melhor para nossas crianças”. Nele, são descritas as “inúmeras dificuldades e sofrimentos que enfrentam as mães camponesas no Brasil”. Uma delas estaria relacionada à falta de creches para deixar os filhos no período de trabalho na lavoura. Outra dificuldade estaria relacionada à impossibilidade dos “camponeses sem terra” pagarem médicos e remédios (*Terra Livre*, agosto de 1954, p. 2). Nesse caso, o ser sem terra está expressando unicamente uma determinada condição material compartilhada, segundo o jornal, por grande parte do campesinato brasileiro, isto é, condição de não ser proprietário de terra. A categoria sem terra ainda não se encontrava vinculada a nenhuma luta.

Entretanto, no mesmo número do jornal, na página seguinte, foi publicada em quadrinhos a biografia do líder camponês e militante do PCB, Geraldo Tiburcio, que se tornou o vereador mais votado de Anápolis, GO, nas eleições de 1962. Segundo a pequena biografia, Tiburcio era “um legítimo representante dos milhões de camponeses sem terra” e teria dedicado toda sua vida à luta por melhores dias para os trabalhadores agrícolas (*Terra Livre*, agosto de 1954, p. 3). Por isso ele era “estimado por milhares de camponeses” e “odiado pelos latifundiários”, situação que evidenciava uma oposição que ficaria muito mais acentuada nos números seguintes do jornal: a luta dos sem terra contra o latifúndio e os latifundiários³⁰. Através da história individual de um militante, contada didaticamente em quadrinhos, a condição de sem terra já assume outra conotação, aparecendo diretamente associada à luta por terra e por melhores dias.

Nos dias 19, 20 e 21 de setembro, no ano de 1954, foi realizada no recém-inaugurado ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, onde foi criada a ULTAB. 303 delegados de 16 estados do Brasil³¹ estiveram presentes, além da Federação das

³⁰ A identidade do *latifundiário* não foi forjada pelos próprios sujeitos que eram identificados dessa maneira, mas por aqueles que apoiavam a realização da reforma agrária.

³¹ São Paulo; Minas Gerais; Pernambuco; Goiás; Paraná; Rio de Janeiro (estado); Rio Grande do Sul; Distrito Federal (na época, cidade do Rio de Janeiro); Ceará; Bahia; Mato Grosso; Espírito Santo; Alagoas; Pará; Paraíba; Rio Grande do Norte.

Mulheres e de líderes sindicais do Rio de Janeiro, São Bernardo do Campo e Limeira (*Terra Livre*, outubro de 1954, p. 1). Ao final da Conferência os delegados lançaram a *Carta dos Direitos e das Reivindicações*. Nela foram tratados temas como “Direitos civis e democráticos”, “Previdência e Seguro Social”, reivindicações específicas dos “trabalhadores das usinas de açúcar e da lavoura canavieira”, dos “trabalhadores da fazenda de café” e dos “assalariados agrícolas, empreiteiros e contratistas”. Além desses pontos, teve um que, para o propósito desse texto, foi o mais importante: o da “Reforma Agrária – medida de justiça social”. Nesse ponto específico a *Carta* expunha que realização da “reforma agrária democrática” deveria se dar através da “distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e aos lavradores sem terra ou possuidores de terra insuficiente” (*Terra Livre*, outubro de 1954, p. 4).

As conferências, congressos e encontros são espaços onde ocorrem discussões, deliberações, produção de demandas, socialização de conhecimentos, identificação de problemas comuns e elaboração de reivindicações coletivas. Num jogo complexo de consensos e divergências entre os diferentes atores, esses eventos se constituem enquanto espaços de socialização e criação de determinadas concepções e comportamentos. São momentos de mobilização que contribuem para produção e divulgação de identidades, impondo seus reconhecimentos no espaço público. Ainda nos processos de preparação desses eventos demandam-se negociações e reconhecimentos. Como vários deles são realizados com recursos públicos, faz-se necessário a negociação, autorização e o reconhecimento do próprio Estado. São momentos de demonstração de força para a sociedade e para inclusive fazer pressão junto ao Estado.

Alguns pontos que foram tratados na II Conferência nos permitem perceber algumas questões importantes.

A primeira diz respeito ao fato dos sem terra serem colocados como um dos principais beneficiários da distribuição de terra feita a partir da reforma agrária. Isso indica o reconhecimento de uma identidade política que se estabeleceu com base em determinadas *experiências*, em que não possuir terra se colocava como um fator fundamental, e com base em determinados *interesses*, onde a realização da reforma agrária era assumida como a principal reivindicação. A oposição entre, de um lado, a *reforma agrária* e os *sem terra* e, do outro, o *latifúndio* e os *latifundiários*, passou a ser cada vez mais acentuada.

O compartilhamento de experiências comuns, determinadas, em grande medida, pelas relações de produção – onde os trabalhadores do campo encontravam-se apartados da terra – e a articulação de interesses para superar os problemas que faziam parte dessas experiências, serviram como base para a constituição da identidade política sem terra, que se constituiu em oposição – e, portanto, como relação – aos interesses dos latifundiários, nos remetendo, assim, a definição de classe social oferecida por Thompson (1987). Essa Conferência aponta que a categoria sem terra não era uma mera categoria analítica, mas uma categoria política que começava a ser efetivamente mobilizada para a luta pela reforma agrária.

A segunda questão diz respeito à necessidade de se disputar o Estado. Temas que foram tratados na *Carta* como “Direitos civis e democráticos”, “Previdência e Seguro Social”, entre outros, demonstram como os participantes da Conferência compreendiam que as instituições estatais tinham certa importância para a luta por terra. Segundo a *Carta*, o Estado deveria promover a entrega de títulos de propriedade plena aos “posseiros, ocupantes e colonos de terras, bem como a todos os lavradores que forem [fossem] beneficiados com a reforma agrária” (*Terra Livre*, outubro de 1954, p. 4). Buscava-se afirmar a reforma agrária enquanto uma reivindicação legítima que deveria ser reconhecida pelo Estado.

A edição de dezembro de 1954, número 51, do *Terra Livre* foi, em grande medida, dedicada à Campanha Nacional pela reforma agrária, levada a cabo em janeiro de 1955. A Campanha, além de ter sido uma das resoluções da II Conferência, foi uma das primeiras atividades desenvolvidas pela ULTAB. Buscava-se colher assinaturas em defesa da reforma agrária. Para seus organizadores, ela só teria êxito se se voltasse para as usinas, os engenhos, as fazendas de cacau e cereais e as vilas onde se encontravam os “10 milhões de lavradores e trabalhadores agrícolas sem terra”. De acordo com o *Terra Livre*, no momento da Campanha pela reforma agrária se juntariam aos “camponeses sem terra” todos aqueles que sofriam com a opressão dos latifundiários e todos aqueles que eram prejudicados “pelo monopólio da terra e pelos restos feudais” (*Terra Livre*, outubro de 1954, p. 1) – leitura essa que seguia as teses *pecebistas* da *revolução democrático-burguesa*.

O fim do latifúndio e a distribuição de terra eram as principais, mas não as únicas medidas previstas pela reforma agrária democrática defendida pelo PCB. Além delas, deveria ser garantido o financiamento a longo prazo e a juros baixos aos trabalhadores agrícolas para que eles pudessem custear o plantio e o trato da lavoura, inclusive para manterem-se até a colheita; preços compensadores deveriam ser assegurados para os seus produtos; o Estado deveria disponibilizar máquinas e ferramentas mais eficientes para o cultivo, além de sementes, adubos, assistência técnica a preços baixos (*Terra Livre*, janeiro de 1955, p. 3).

Em 1959/1960, no município de Santa Fé do Sul, estado de São Paulo, houve um intenso conflito que ficou conhecido como “Arranca Capim”. O pecuarista José de Carvalho Diniz, conhecido como Zico Diniz, arrendou parte de suas terras para centenas de famílias com o interesse de preparar o terreno para o pasto. Depois que os arrendatários derrubaram toda a mata e plantaram o capim para o pasto, Diniz resolveu despejar 800 famílias que, inconformadas, resistiram à expulsão. Muitas dessas famílias eram migrantes e já tinham sido expulsas de suas terras no nordeste. Diante das arbitrariedades do Diniz e da violência policial, os camponeses decidiram arrancar o capim que haviam plantado; ação que ocorreu mais de uma vez. Os arrendatários foram derrotados nos tribunais, sendo, portanto, expulsos da terra, e várias lideranças foram presas³².

Uma delas, talvez a mais conhecida, era Jôfre Correa Netto, militante do PCB, também chamado de Capitão Jôfre. Durante os conflitos em Santa Fé do Sul, Jôfre foi preso em 1960 pela Lei de Segurança Nacional. Tanto o conflito quanto a prisão de Jôfre assumiram uma proporção nacional³³. Diversas entidades e lideranças se manifestaram a favor dos arrendatários. Chegou a ser criada uma campanha de solidariedade que contou com o apoio, inclusive financeiro, de diversas organizações, como Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Bernardo, o Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Metalúrgicos de Santo André, a Assembleia dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, entre muitas outras (*Terra Livre*, janeiro de 1961, p. 4). Uma mensagem de solidariedade que foi enviada pela diretoria da ULTAB ao Capitão Jôfre também nos oferece indícios para construir o quadro de surgimento da categoria política sem terra.

Companheiro Jôfre Correa Netto: a 5ª Reunião do Conselho de Representantes da ULTAB nos incumbiu de fazer chegar ao companheiro sua irrestrita solidariedade, seu inconveniente repúdio às violências praticadas contra tu e os humildes trabalhadores de Santa Fé do Sul e sua convicção de que a luta prosseguirá até a vitória final [...]

³² Mais informações sobre o conflito “Arranca Capim” encontram-se no livro de Souza Martins (1983).

³³ Mais informações sobre a biografia de Jôfre Correa Netto encontram-se no livro *Retrato da Repressão Política no Campo*. Brasil 1962-1985 (2011, p. 204).

Tentaram contra tua vida e te caluniaram, inutilmente. Por esses meios não conseguiram amortecer teu espírito de luta e os lavradores permaneceram do teu lado [...] *A tua bandeira, a bandeira do agricultor sem terra*, do lavrador que deixa sobre a terra alheia o seu suor, seu sangue e a própria vida de seus filhos, *se manterá erguida mais e mais e conduzirá até a vitória total contra o monopólio da terra de cultura, com uma reforma agrária em que a terra passe para as mãos dos que nela efetivamente trabalham* [...] (Grifo nosso; *Terra Livre*, novembro de 1960, p. 7).

Podemos perceber com base nessa passagem como já havia por parte do PCB, além de outros atores, uma tentativa de unificar as lutas por terra que se irrompiam em diferentes partes do Brasil, no pré-golpe, a partir de identidades políticas comuns, sendo uma delas a identidade sem terra. Essas identidades eram mobilizadas para um objetivo também comum: a luta contra o monopólio da terra (latifúndio) e pela sua distribuição para aqueles que nela de fato trabalhavam (reforma agrária). Essas bandeiras demonstram a existência de uma ligação muito forte entre essas lutas e a criação do MST em 1984, como apontamos acima.

Quando os Sem Terra rompem as cercas

Em novembro de 1961, foi realizado em Belo Horizonte, MG, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas³⁴. Nele fizeram-se presentes 1800 delegados e 7000 pessoas, entre elas o presidente João Goulart. Além de autoridades do Estado, das Ligas Camponesas, da ULTAB e de diversos sindicatos, associações e federações de trabalhadores agrícolas, o Congresso contou com a participação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), criado no mesmo ano, na cidade de Encruzilhada do Sul, RS³⁵. A presença do MASTER nesse espaço, primeiro movimento social a se autodenominar de sem terra, reforça como a categoria política sem terra já era reconhecida e relevante para luta pela reforma agrária.

O debate central do evento girou em torno do caráter socialista ou democrático-burguês da mobilização camponesa no processo revolucionário brasileiro. A primeira posição foi defendida pelas Ligas Camponesas e a segunda pelas entidades ligadas ao PCB. Essa divergência se expressava, por exemplo, na proposta de regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, um dos temas do Congresso. Enquanto para Julião, o reconhecimento legal desses contratos ia contra a proposta de uma reforma agrária radical, restringindo a luta por terra a conquistas imediatas, para a ULTAB a regulamentação favorecia a dinamização da luta de classes no campo e, conseqüentemente, o fortalecimento da consciência de classe, influenciando positivamente na própria luta pela reforma agrária radical. A discórdia, portanto, tinha a ver com as duas concepções de revolução que expusemos no início do artigo. Entretanto, no que diz respeito à reforma agrária, tanto as Ligas quanto o PCB defendiam a “reforma agrária radical”. Portanto, ao final do Congresso a tese vitoriosa foi a que proclamava a “reforma na lei ou na marra”.

Esse Congresso representa um marco na história de luta por terra do país. As organizações e lideranças mais importantes estavam presentes. Nos debates expressavam-se as posições políticas mais

³⁴A dissertação de mestrado escrita por Juliana Ferreira (2013, p.16-26) oferece um panorama claro e resumido sobre as posições e os debates que se deram no Congresso. O livro organizado por Luiz Flávio de Carvalho Costa (2010) apresenta um vasto material (documentos, entrevistas, reportagens) sobre o mesmo.

³⁵Mais informações a respeito da história do MASTER encontram-se no trabalho escrito por Eckert (1984).

influentes na luta camponesa no contexto pré-1964. As posições que saíram vitoriosas no Congresso não desencadearam as ocupações de terra enquanto forma de ação de luta pela reforma agrária, pois estas já vinham ocorrendo anteriormente em várias partes do país. Porém, muito provavelmente, elas influenciaram o aumento no número de ocupações nos anos seguintes.

A primeira vez que a forma de ação ocupação de terra aparece diretamente associada aos sem terra no *Terra Livre* é numa notícia sobre a luta por terra na Itália (*Terra Livre*, janeiro de 1956, p. 2). Segundo o jornal, no dia 19 de outubro de 1955, os camponeses de *Sezze Romano* ocuparam 320 hectares de terras improdutivas de um latifundiário para pressionar o governo a cumprir a lei que determinava que as terras improdutivas deveriam ser desapropriadas e entregues aos sem terra. É difícil afirmar se essa notícia, acompanhada por uma grande foto, influenciou os sem terra brasileiros a ocuparem terras como forma de demandar ao Estado a reforma agrária, mas, pelo menos, ela demonstra que essa forma de ação era conhecida. Mas somente a partir de 1961 ela começou a aparecer recorrentemente nas páginas do jornal.

Numa mensagem de final de ano enviada pela ULTAB “aos camponeses e suas organizações” rememoraram-se diversas lutas por terra que foram travadas pelos posseiros do Paraná, do estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Ceará e de outros estados que, utilizando-se de várias formas de ação, inclusive a mão armada, defenderam vitoriosamente suas terras. “*Em Pernambuco, os camponeses sem terra ocuparam áreas devolutas e na Paraíba, os camponeses do município de Sapé, enfrentaram e derrotaram as balas assassinas dos grileiros*” (*Grifo* nosso. *Terra Livre*, dezembro de 1961, p. 2).

Essa mensagem escrita após o I Congresso demonstra o empenho da ULTAB em construir uma unidade entre as diferentes lutas do campo no país, valorizando a forma de ação direta dos camponeses, seguindo, portanto, a tese da reforma agrária radical. Além disso, a passagem da carta por nós grifada, expressa como os sem terra já se utilizavam da ocupação como forma de ação na luta pela reforma agrária e como que essa identidade política já era reconhecida por organizações relevantes, como a ULTAB.

Em janeiro de 1962 aproximadamente 600 sem terra, vindos de Nonoai, Passo Fundo e Sarandi, ocuparam a terra improdutiva da Fazenda Sarandi, propriedade de um grupo uruguaio. Assim como no exemplo mencionado acima, a ocupação tinha como objetivo reivindicar terra ao Estado. Segundo pessoas que participaram da mobilização e da organização do acampamento, tudo havia sido preparado pelo prefeito de Nonoai, Jair Calixto (ROSA, 2009, p. 203). Esse é um dos elementos que Rosa usa para confirmar a sua hipótese de que a categoria política sem terra surgiu de um jogo de forças que tinha como sujeitos centrais pessoas que ocupavam cargos públicos. No entanto, há outra versão que atribui a ação ao MASTER (ECKERT, 1984). Mas, independente das versões, a ocupação foi uma das ações que contribuiu para desapropriação e distribuição de 25 mil hectares, realizadas pelo governo de Leonel Brizola (*Terra Livre*, janeiro de 1962, p. 6). Em seu discurso onde comunicou pessoalmente a assinatura do ato de desapropriação, Brizola ainda declarou apoiar a criação da Associação dos Agricultores Sem Terra.

Tanto a desapropriação quanto o discurso realizado pelo governador deram ainda mais legitimidade à ocupação como forma de ação e à categoria política sem terra. Após essa conquista, os sem terra divulgaram uma carta proclamando a necessidade de uma *reforma agrária radical* e incitando os agricultores do Rio Grande do Sul a organizarem associações de sem terra em cada município com vista a criar uma federação estadual e uma confederação nacional dos sem terra³⁶.

³⁶ No número 104 do *Terra Livre*, publicado em outubro de 1961, aparece a seguinte frase: “Apesar de já existirem algumas organizações dos trabalhadores rurais e dos lavradores sem terra ainda não representa uma força que possa

Interessante notar que no início do aparecimento dessa categoria a condição de não possuir terra fundamentava a experiência comum da qual emergiu a identidade política sem terra. No entanto, mesmo com a distribuição das terras de Sarandi, os camponeses que as receberam continuaram reivindicando e estimulando a disseminação dessa identidade. Como os sem terra tinham como principal interesse a realização da reforma agrária, e essa bandeira não compreendia somente a distribuição de terra, tornar-se um pequeno proprietário não gerava um problema para a mobilização da identidade sem terra.

Outro exemplo emblemático, em que os sem terra se organizaram para ocupar um pedaço de terra, ocorreu em Mossoró, Rio Grande do Norte. Após uma reunião, os trabalhadores sem terra resolveram ocupar uma área no Pico Estreito, na fronteira com o Estado do Ceará. Diante da forte reação dos latifundiários contra essa ação, os sem terra, através da União dos Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Norte (ULTAR), apelaram para Justiça, conseguindo marcar uma mesa de reunião com os ditos proprietários e os representantes do Estado. Durante as negociações, os latifundiários resolveram abrir mão das terras. Como elas sofriam de falta d'água, os sem terra começaram a reivindicar ao governo medidas que dessem condições deles permanecerem nas terras, como a abertura de um poço, o fornecimento de víveres, entre outras (*Terra Livre*, janeiro de 1963, p. 3).

Os dois casos demonstram como a categoria política sem terra passou a ser reconhecida e legitimada por agentes do Estado importantes, como o governador Leonel Brizola e os membros do judiciário. O caso do Rio Grande do Sul ainda foi mais emblemático, porque, como mostrou Rosa (2009), a categoria sem terra passou a ser utilizada nos documentos de orientação das políticas de governo publicados pelo IGRA.

Conclusão

Através das publicações do *Terra Livre*, foi possível analisar que a categoria sem terra não começou a ser mobilizada para constituição de uma identidade política apenas no início dos anos 1970 e final dos anos 1980, como apontou Medeiros em seu artigo (2005), mas surgiu, pelo menos, ainda na década de 1950. Provavelmente essa categoria não tinha a capilaridade e a força que ela adquiriu após as ações do MST realizadas, sobretudo, a partir dos anos 1990. No entanto, ela já era mobilizada na luta por terra e reconhecida por diversas organizações como o PCB, Ligas Camponesas, associações, federações e sindicatos de trabalhadores agrícolas, além do próprio Estado. Dessa maneira, o aparecimento dessa categoria política não estaria ligado às “oposições sindicais”, mas a lutas anteriores, pré-ditadura.

Da mesma maneira, podemos perceber como a categoria sem terra não apareceu pela primeira vez num documento oficial de instituições estatais, como afirmou Rosa (2009). Ela surgiu antes da criação do IGRA nos espaços de discussão, divulgação, mobilização e construção de identidades políticas, como os eventos, documentos e jornais, organizados pelos movimentos sociais. Esses espaços eram organizados com o intuito de legitimar as lutas, as reivindicações e as identidades construídas pelos movimentos sociais, e o Estado era considerado um ator importante nesse processo de legitimação. Portanto, uma das disputas era para que os agentes estatais reconhecessem as identidades políticas, mas enquanto alguns agentes tinham uma maior abertura para reconhecê-las e legitimá-las outros ofereciam maior resistência.

defender os direitos já constituídos na Carta Constitucional Federal [...]” (p. 5). Essa passagem demonstra como, nessa época, já havia um esforço de se organizar em torno da identidade sem terra.

O governo de Leonel Brizola demonstrou ter maior abertura. Aproveitou a categoria sem terra que já vinha sendo construída pelos movimentos sociais para formular e realizar as suas políticas públicas de reforma agrária. É claro que o fato do governo passar a mobilizá-la para criar suas políticas públicas trouxe implicações para a sua conceitualização. No entanto, a categoria sem terra só foi mobilizada para criação de políticas públicas voltadas à realização da reforma agrária por que ela vinha sendo construída completamente vinculada à luta pela reforma agrária.

As diversas formas de ação de luta por terra não ignoravam a importância do Estado para realização da reforma agrária. Mesmos os movimentos que se utilizavam das ocupações de terra – que podem ser compreendidas como uma das formas de ação mais radicais – buscavam abrir um canal de diálogo com o Estado. A importância que as organizações davam às legislações, tanto para respaldar as suas reivindicações e ações, quanto para reconhecer a legalidade dos sindicatos, a presença das autoridades estatais nos eventos organizados pelos defensores da reforma agrária, e as mesas de negociação abertas após as ocupações de terra, servem de exemplos de como o Estado era visto como ator fundamental desse processo.

Concluiu-se, a partir dos casos apresentados pelo jornal *Terra Livre*, que a categoria sem terra foi forjada pelos movimentos sociais na luta pela reforma agrária e em oposição ao latifúndio, compreendido como modelo produtivo e unidade política, antes do golpe de 1964, apresentando um autonomia relativa ao Estado.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1961-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2ª Edição. Brasília: MDA, 2011.

COSTA, Luiz F. C. (org.). *O Congresso Nacional Camponês (Belo Horizonte, 1961): Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2010.

ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

FERREIRA, Juliana G. O. *A luta agrorreformista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) – 1964-1974*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

MACEDO, M.; ROSA, M.; SIGAUD, L. *Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, n. 1, p. 107-142, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Leonilde S. Reforma agrária: concepções, controvérsias e debates. *Cadernos RIAD*, Rio de Janeiro, IBASE, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. Campinas, Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde S. “Sem terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma (org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais do sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. *A agricultura camponesa no Brasil*

ROSA, Marcelo. Sem-terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. In: Lua Nova, São Paulo, vol. 76, p. 197-227, 2009.

ROSA, Marcelo. Reforma Agrária e *Land Reform*: movimentos sociais e o sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul. In: *Caderno CRH*, Salvador, v.25, n. 64, p. 99-114. jan./ abr. 2012.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.